



Edital de Processo Seletivo nº 003/2026

ASSISTENTE SOCIAL - SAS (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)



Foto: AMEOSC

ATENÇÃO! LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR.



- ▶ **Verifique o tipo de prova indicado na capa deste caderno de prova e preencha corretamente o campo correspondente no cartão-resposta.**
- ▶ **O cartão-resposta é o único documento válido para a correção da prova objetiva e não será substituído em hipótese alguma.**
- ▶ **O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após decorridos 30 (trinta) minutos do início da aplicação da prova.**
- ▶ **A interpretação das questões faz parte da avaliação, não sendo permitidos esclarecimentos ou consultas aos fiscais sobre o conteúdo da prova.**

CONFERÊNCIA DO CADERNO DE PROVA

- ▶ Confira se este caderno de prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se contém **20 (vinte) questões**, numeradas de **1 a 20**.
- ▶ Verifique se há falhas de impressão, páginas faltantes, questões ilegíveis ou qualquer outra imperfeição gráfica que possa comprometer a compreensão da prova. Eventuais irregularidades deverão ser comunicadas imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações após o término da prova.
- ▶ Os cadernos de prova possuem 4 (quatro) tipos diferentes. O conteúdo das questões é idêntico para todos os candidatos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e das alternativas.

PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

- ▶ Cada questão da prova objetiva apresenta 4 (quatro) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, sendo apenas uma delas a resposta correta.
- ▶ Todas as respostas deverão ser transcritas para o cartão-resposta, que constitui o único documento válido para a correção da prova objetiva.
- ▶ Preencha o tipo de prova e assinale a alternativa que considerar correta conforme o exemplo apresentado a seguir:

✓ **Forma CORRETA:** ●

✗ **Forma ERRADA:** ○ ● ✓ ⊘ ⊗ ⊙

MATERIAIS PERMITIDOS

- ▶ Mantenha sobre a carteira apenas:
 - documento oficial de identificação;
 - caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente;
 - recipiente transparente contendo água, sem rótulo ou etiqueta.

TEMPO DE PROVA

- ▶ A prova objetiva terá duração máxima de **2h30 (duas horas e trinta minutos)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
- ▶ O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato.
- ▶ Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão retirar-se simultaneamente, após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- ▶ Comunicar-se com outros candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- ▶ Realizar consultas de qualquer natureza, inclusive por meio de materiais impressos, equipamentos eletrônicos ou quaisquer outros recursos.
- ▶ Ausentar-se da sala sem o acompanhamento de um fiscal.
- ▶ Utilizar o banheiro após a entrega do cartão-resposta.
- ▶ Permanecer no local de realização das provas após a entrega do cartão-resposta e o encerramento de sua participação no certame.

ENCERRAMENTO

- ▶ Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o **cartão-resposta** devidamente **preenchido** e **assinado**.
- ▶ Após a entrega do cartão-resposta, retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

BOA PROVA!

Conhecimentos Específicos

Questão 01

Além do controle social do Programa Bolsa Família, são ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), conforme suas atribuições:

I. Elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento.

II. Aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação.

III. Convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno.

IV. Encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.

Questão 02

A Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), estabelece normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Considerando as disposições da referida Lei acerca da definição de organização da sociedade civil, analise o trecho a seguir e preencha corretamente as lacunas:

A organização da sociedade civil é uma entidade privada _____, que não distribua entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique _____ na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de _____ ou _____.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta para o preenchimento das lacunas:

- (A) Sem fins lucrativos – parcialmente – fundo patrimonial – fundo de investimento.
- (B) Com fins lucrativos – integralmente – fundo patrimonial – fundo de reserva.
- (C) Sem fins lucrativos – integralmente – fundo patrimonial – fundo de reserva.
- (D) Sem fins lucrativos – parcialmente – fundo de investimento – fundo de reserva.

Questão 03

Leia o estudo de caso a seguir:

Uma equipe de referência do Centro de Referência Especializado de Assistência Social acompanha uma família cuja criança de 9 anos apresenta faltas reiteradas à escola e sinais de negligência nos cuidados básicos. Após estudo social, verifica-se que a família vive em situação de pobreza, sem acesso a benefícios socioassistenciais, e que a genitora manifesta interesse em manter a criança sob seus cuidados. A equipe discute os encaminhamentos cabíveis com base no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com base no caso apresentado e na Lei nº 8.069/1990, assinale a alternativa correta:

- (A) Compete à equipe técnica do órgão gestor da assistência social decidir sobre a destituição do poder familiar, mediante parecer social fundamentado.
- (B) A carência de recursos materiais autoriza, por si só, a suspensão do poder familiar, devendo a criança ser encaminhada a programa de acolhimento institucional.
- (C) O acolhimento institucional deve ser adotado como medida preferencial nos casos de negligência, por assegurar de forma mais célere a proteção integral da criança.
- (D) A carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, devendo a família ser incluída em programas oficiais de auxílio.

Questão 04

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece conceitos que orientam a atuação do poder público na remoção de barreiras e na promoção da acessibilidade, com repercussão direta no planejamento dos serviços públicos municipais.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de desenho universal previsto na Lei nº 13.146/2015:

- (A) Condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, edificações, transportes e sistemas de comunicação por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

- (B) Conjunto de recursos e serviços de tecnologia assistiva destinados a ampliar a funcionalidade da pessoa com deficiência, promovendo sua autonomia e participação social.
- (C) Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluídos os recursos de tecnologia assistiva.
- (D) Modificação necessária e adequada que não acarrete ônus desproporcional, a fim de assegurar à pessoa com deficiência o gozo dos direitos em igualdade de condições.

Questão 05

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) estabelece princípios, diretrizes, objetivos e formas de organização da assistência social no Brasil, orientando sua implementação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com base nas disposições da PNAS/2004, julgue as afirmativas a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

() A assistência social possui caráter contributivo e sua oferta é condicionada ao pagamento prévio de contribuições pelos usuários.

() A PNAS/2004 estabelece que a assistência social deve ser organizada de forma centralizada, concentrando no governo federal a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

() A PNAS/2004 estabelece que a participação da sociedade na formulação e no controle das ações da assistência social ocorre de forma consultiva, sem mecanismos de deliberação ou controle social.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, F.
- (B) F, V, F.
- (C) F, F, V.
- (D) F, F, F.

Questão 06

Leia o estudo de caso a seguir:

Uma assistente social ocupante de cargo efetivo na Secretaria Municipal de Assistência Social é designada para compor equipe responsável pela reformulação do Plano Municipal de Assistência Social. No decorrer dos trabalhos, é solicitada a coordenar a elaboração do documento, a realizar o levantamento de indicadores sociais do território e a emitir parecer técnico sobre a matéria, para subsidiar a deliberação do conselho. A profissional consulta a legislação que regulamenta a profissão para verificar a compatibilidade dessas atividades com suas competências.

Com base no caso apresentado e na Lei nº 8.662/1993, assinale a alternativa correta:

- (A) O levantamento de indicadores sociais do território configura atribuição privativa de outras categorias profissionais, cabendo ao assistente social apenas a leitura dos dados produzidos.
- (B) As atividades de planejamento e de coordenação são estranhas às competências legais do assistente social, restritas ao atendimento direto aos usuários dos serviços.
- (C) A emissão de parecer técnico sobre matéria de serviço social exige autorização prévia do conselho de política pública ao qual o documento será submetido.
- (D) As atividades descritas são compatíveis com as competências do assistente social, que abrangem a elaboração, a coordenação e a execução de planos e programas no âmbito do serviço social.

Questão 07

O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece um conjunto de direitos destinados a assegurar a proteção integral e a promoção da dignidade da pessoa idosa. Considerando as disposições do art. 2º da Lei nº 10.741/2003, analise o trecho a seguir e preencha corretamente as lacunas:

A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à _____, sem prejuízo da proteção integral assegurada pelo Estatuto, garantindo-se todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua _____ física e mental e para seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de _____ e dignidade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) pessoa humana – saúde – autonomia
- (B) pessoa humana – integridade – liberdade
- (C) pessoa humana – saúde – liberdade
- (D) pessoa jurídica – saúde – igualdade

Questão 08

Considerando o Código de Ética Profissional do Assistente Social e a atuação profissional em órgão gestor da política de assistência social, analise as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I. No exercício de suas atribuições, o assistente social deve preservar o sigilo das informações obtidas em razão de sua atuação profissional, observando as hipóteses previstas no Código de Ética para eventual revelação de informações sigilosas.

PORQUE

II. É direito do assistente social ter acesso às informações institucionais necessárias ao exercício de suas atribuições profissionais, observados os princípios e normas que regulamentam sua atuação.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- (A) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (B) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- (D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

Questão 09

A Constituição Federal de 1988 estruturou a seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Em seu artigo 194, parágrafo único, a Constituição estabelece os objetivos que devem orientar a organização da seguridade social pelo poder público.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos objetivos da organização da seguridade social previstos no texto constitucional:

- (A) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços restritas à população urbana, admitida a diferenciação para a população rural.
- (B) Participação da sociedade na gestão limitada à função consultiva, vedada a atuação de representantes de trabalhadores nos órgãos colegiados.
- (C) Vinculação obrigatória dos benefícios assistenciais ao recolhimento prévio de contribuições pelo beneficiário, como forma de sustentação do sistema.
- (D) Diversidade da base de financiamento, identificando-se e explicitando-se as rubricas de custeio em separado daquelas decorrentes das contribuições sociais.

Questão 10

Leia o estudo de caso a seguir:

Uma senhora de 66 anos procura o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município de médio porte relatando que não possui vínculo previdenciário, nunca contribuiu para a Previdência Social e reside com a filha desempregada e dois netos. A renda mensal do grupo familiar é composta por um trabalho informal da filha, resultando em renda per capita inferior a um quarto do salário-mínimo. A assistente social responsável realiza o atendimento e orienta a família quanto ao acesso a um benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social.

Com base no caso apresentado e na Lei nº 8.742/1993, assinale a alternativa correta:

- (A) A situação enseja o requerimento do Benefício de Prestação Continuada, garantido à pessoa idosa com 65 anos ou mais que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

- (B) A concessão do benefício depende de comprovação de contribuição previdenciária mínima da requerente, uma vez que integra o rol de benefícios da seguridade social.
- (C) O benefício cabível é o auxílio-inclusão, devido à pessoa idosa em situação de vulnerabilidade cuja renda familiar per capita seja inferior a meio salário-mínimo.
- (D) A concessão do benefício compete privativamente ao Conselho Municipal de Assistência Social, que deliberará sobre o requerimento após parecer técnico da equipe de referência.

Questão 11

A Vigilância Socioassistencial é reconhecida como uma das funções da política de assistência social, ao lado da proteção social e da defesa de direitos. No âmbito municipal, sua estruturação subsidia o planejamento da oferta de serviços e a organização da rede socioassistencial.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente o objeto da Vigilância Socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social:

- (A) A produção e a análise de informações sobre as situações de vulnerabilidade e risco social nos territórios e sobre o padrão de oferta de serviços e benefícios, orientando a gestão da política.
- (B) A apuração de denúncias de violação de direitos encaminhadas ao órgão gestor, com instauração de procedimento investigatório e representação aos órgãos de defesa.
- (C) A fiscalização disciplinar das entidades privadas da rede socioassistencial, com aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento de metas conveniadas.
- (D) O atendimento psicossocial individualizado das famílias referenciadas, com elaboração do plano de acompanhamento familiar e registro em prontuário.

Questão 12

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009, organiza e padroniza os serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerando os diferentes níveis de proteção social. Com base nessa organização, analise a afirmativa a seguir e preencha corretamente as lacunas:

Os serviços socioassistenciais são organizados de acordo com os níveis de proteção social, contemplando a Proteção Social _____, que inclui, por exemplo, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); a Proteção Social Especial de _____ Complexidade, que compreende, entre outros, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); e a Proteção Social Especial de _____ Complexidade, que inclui serviços como o Acolhimento Institucional.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta para o preenchimento das lacunas:

- (A) Básica – Alta – Média
- (B) Básica – Alta – Especial
- (C) Básica – Média – Alta
- (D) Especial – Média – Alta

Questão 13

A gestão da informação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apoia-se em sistemas nacionais que registram dados sobre famílias, serviços e unidades. Sobre esses sistemas de informação, julgue as afirmações abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

() O Cadastro Único para Programas Sociais constitui instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, utilizado para a seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal.

() O Censo SUAS consiste em processo de coleta anual de informações sobre as unidades da rede socioassistencial, os conselhos e os órgãos gestores, subsidiando o planejamento e o monitoramento da política.

() O Registro Mensal de Atendimentos destina-se ao cálculo do valor dos benefícios eventuais concedidos pelo município, substituindo a escrituração contábil do Fundo Municipal de Assistência Social.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, V.
- (B) F, F, V.
- (C) F, V, F.
- (D) V, V, F.

Questão 14

A Lei nº 11.340/2006 (Lei nº 11.340/2006) cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e prevê a atuação articulada de diferentes órgãos públicos, incluindo os serviços da assistência social. Nesse contexto, analise as sentenças abaixo:

I. A violência doméstica e familiar contra a mulher compreende, entre suas formas, a violência patrimonial, entendida como conduta de retenção, subtração ou destruição parcial de seus objetos, bens e recursos econômicos.

II. Entre as medidas integradas de prevenção previstas na lei está a promoção de estudos e pesquisas com perspectiva de gênero e raça, para a sistematização de dados sobre as causas e as consequências da violência doméstica.

III. O atendimento à mulher em situação de violência doméstica compete privativamente aos órgãos de segurança pública, sendo vedada a inclusão da ofendida em programas assistenciais dos entes federados.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 15 a 16.

Leia o texto a seguir.

No poema "Pronominais", de 1925, Oswald de Andrade registrava que o brasileiro tinha duas formas de pedir um cigarro: os letrados dizem "dê-me um cigarro" e "o bom negro e o bom branco" falam "me dá um cigarro". Em sua pesquisa de pós-doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o pesquisador Marcelo Limeira dos Anjos endossa a constatação de que as regras de colocação pronominal do português brasileiro têm raízes no uso da linguagem como critério de diferenciação de classes. Mais: além da origem classista, a história da norma sugere que outros fatores, como questões políticas e até inimizades entre autores, ajudam a explicar o porquê de o país ter regras tão rígidas no posicionamento de pronomes oblíquos átonos (me, te, se, o, a, lhe, nos, vos e seus eventuais plurais) frente a verbos.

A pesquisa, que segue perspectiva linguística, destaca o fato de, apesar da falta de consenso entre os teóricos sobre essas normas, em geral a gramática brasileira mais disseminada trazer obrigações quanto à colocação de pronomes, o que não ocorre da mesma forma na gramática portuguesa. "O tema não atormenta os portugueses como aos brasileiros. Em tese, até mesmo a proibição do pronome em início de oração só faz sentido para nós", diz Anjos.

Entre esses impeditivos mencionados pelo pesquisador está o uso do pronome antes do verbo (próclise) em início de frase, que inspirou Oswald de Andrade. Outro é a "atração" que certas palavras, como os advérbios ou as de sentido negativo, exerceriam sobre o pronome, o que forçaria a próclise, como em "nunca te vi", em oposição a "nunca vi-te".

Anjos estudou a história das regras de colocação pronominal e concluiu que a maioria delas foi inventada e, depois de levantadas em discussões intelectuais, acabou imposta pelo ensino formal. Na historiografia levantada pela pesquisa, consta que as gramáticas do século XVIII, por exemplo, apenas citavam a existência da próclise e da ênclise.

Universidade Federal do Paraná (UFPR). Colocação pronominal.
Ciência UFPR. Disponível em:
<https://ciencia.ufpr.br/portal/colocacao-pronominal/>

Questão 15

Leia o trecho: "A pesquisa, que segue perspectiva linguística, destaca o fato de, apesar da falta de consenso entre os teóricos sobre essas normas, em geral a gramática brasileira mais disseminada trazer obrigações quanto à colocação de pronomes, o que não ocorre da mesma forma na gramática portuguesa." Considerando o emprego da pontuação no período, assinale a alternativa correta.

- (A) As vírgulas foram empregadas para separar uma oração subordinada substantiva, cuja retirada comprometeria a estrutura sintática e o sentido essencial do período.
- (B) As vírgulas que isolam "que segue perspectiva linguística" são facultativas, pois a oração introduzida por "que" exerce função de adjunto adnominal e pode ser isolada conforme a preferência estilística do autor.
- (C) As vírgulas que isolam "que segue perspectiva linguística" são obrigatórias porque introduzem uma informação explicativa sobre "a pesquisa", não restringindo o referente do termo antecedente.
- (D) A primeira vírgula deve ser retirada, pois separa o sujeito "a pesquisa" de seu predicado "destaca o fato", enquanto a segunda deve ser mantida para encerrar a oração subordinada.

Questão 16

Considerando as informações apresentadas no texto e as regras de colocação dos pronomes oblíquos átonos, analise as afirmações a seguir.

I. Em "dê-me um cigarro", ocorre ênclise, pois o pronome oblíquo átono aparece posposto ao verbo.

II. Em "me dá um cigarro", ocorre próclise, uma vez que o pronome oblíquo átono está colocado antes do verbo.

III. Em "nunca te vi", o advérbio de negação "nunca" favorece a próclise, levando o pronome "te" a ocupar posição anterior ao verbo.

IV. Em "nunca vi-te", a posição do pronome está de acordo com a regra apresentada no texto, pois, diante de palavra de sentido negativo, a ênclise é obrigatória.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmações corretas.

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e IV, apenas.

O texto seguinte servirá de base para responder à questão 17.

A aula-passeio à Fazenda Ponte Alta proporcionou aos alunos do 7º ano uma experiência de contato com a história do café. O patrimônio arquitetônico e ambiental

da fazenda preserva importantes marcas desse período histórico. No Vale do Paraíba, o café tornou-se um dos principais produtos de exportação do Brasil e alcançou seu apogeu durante o Segundo Império.

A região era considerada adequada ao cultivo e, por isso, grandes propriedades exploraram a produção cafeeira com o uso de mão de obra escravizada. A atividade econômica transformou profundamente a região e deixou marcas que ainda podem ser observadas em seu patrimônio histórico.

Texto adaptado de Aula-passeio à Fazenda Ponte Alta, Colégio Santo Antônio, 11 jul. 2018.

Questão 17

Considere o período destacado no texto: "O patrimônio arquitetônico e ambiental da fazenda preserva importantes marcas desse período histórico." A respeito da estrutura sintática desse período, assinale a alternativa correta.

- (A) "O patrimônio arquitetônico e ambiental" exerce a função de sujeito simples, enquanto "da fazenda" e "desse período histórico" funcionam como adjuntos adverbiais de lugar e de tempo.
- (B) "O patrimônio arquitetônico e ambiental da fazenda" exerce a função de sujeito, enquanto "importantes marcas desse período histórico" funciona como objeto direto do verbo "preserva".
- (C) "Da fazenda" exerce a função de complemento nominal de "patrimônio", enquanto "desse período histórico" exerce a função de objeto indireto do verbo "preserva".
- (D) "O patrimônio arquitetônico e ambiental da fazenda" exerce a função de objeto direto, enquanto "importantes marcas desse período histórico" funciona como predicativo do sujeito.

Conhecimentos Gerais

Questão 18

A Lei Orgânica Municipal de Guaraciaba estabelece diretrizes que devem ser observadas na organização dos planos de cargos e carreiras do serviço público municipal, relacionando aspectos remuneratórios e de desenvolvimento funcional à legislação aplicável. Com base no Art. 83 da Lei Orgânica Municipal de Guaraciaba, analise as assertivas abaixo e classifique cada uma como verdadeira (V) ou falsa (F).

() A remuneração assegurada aos funcionários públicos deve ser compatível com o mercado de trabalho correspondente à respectiva função.

() A progressão funcional deve observar compatibilização com a legislação federal e estadual aplicável.

() Os planos de cargos e carreiras podem estabelecer remuneração independentemente das condições do mercado de trabalho da função exercida.

() A compatibilização com a legislação federal e estadual aplicável constitui exigência relacionada à progressão funcional prevista no dispositivo.

() O dispositivo condiciona a progressão funcional exclusivamente ao tempo de serviço, afastando a necessidade de compatibilização com outras normas.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, F, V, V.
- (B) V, V, F, V, F.
- (C) V, V, F, F, V.
- (D) F, V, V, V, F.

Questão 19

A relação entre pacientes, profissionais e serviços de saúde envolve questões relacionadas à autonomia, informação, privacidade e participação nas decisões terapêuticas. Em abril de 2026, foi criado um estatuto que reuniu regras destinadas a disciplinar direitos e responsabilidades aplicáveis aos cuidados prestados por serviços e profissionais de saúde. Considerando a abordagem deste estatuto, qual alternativa caracteriza corretamente essa inovação normativa?

- (A) O Estatuto Nacional da Saúde regulamentou direitos e responsabilidades nos tratamentos hospitalares e reconheceu instrumentos relacionados à privacidade, à decisão médica e à representação administrativa.
- (B) O Estatuto dos Serviços de Saúde regulamentou direitos e responsabilidades nos atendimentos clínicos e reconheceu instrumentos relacionados à informação, à decisão profissional e à representação judicial.
- (C) O Estatuto dos Direitos do Paciente regulamentou direitos e responsabilidades nos cuidados de saúde e reconheceu instrumentos relacionados à autodeterminação, às diretivas antecipadas e à representação do paciente.
- (D) O Estatuto dos Usuários do SUS regulamentou direitos e responsabilidades nos atendimentos públicos e reconheceu instrumentos relacionados à autonomia, ao consentimento hospitalar e à representação familiar.

Questão 20

A trajetória administrativa de Guaraciaba evidencia mudanças na organização territorial do Extremo Oeste de Santa Catarina. Antes de alcançar autonomia municipal, a localidade esteve vinculada a São Miguel do Oeste e foi elevada à condição de distrito em 1956; posteriormente, a Lei Estadual nº 733, de 20 de julho de 1961, criou o Município de Guaraciaba, cuja instalação ocorreu em 1º de outubro daquele ano. Considerando essa trajetória político-administrativa, qual interpretação explica corretamente a formação do município?

- (A) A constituição de Guaraciaba como município representou apenas uma alteração de denominação territorial, pois a localidade já possuía autonomia administrativa quando ainda integrava São Miguel do Oeste.
- (B) A constituição de Guaraciaba como município ocorreu simultaneamente à criação de seu primeiro núcleo populacional, inexistindo organização comunitária na região antes da emancipação.
- (C) A constituição de Guaraciaba como município ocorreu por um processo de reorganização territorial, no qual uma localidade anteriormente subordinada a São Miguel do Oeste adquiriu autonomia político-administrativa.
- (D) A constituição de Guaraciaba como município decorreu da incorporação de São Miguel do Oeste ao seu território, fazendo da antiga sede municipal uma unidade administrativa subordinada.



Associação dos Municípios do
Extremo Oeste de Santa Catarina

 **(49) 3621-0795**  **ameosc@ameosc.org.br**  **Segundo Aníbal Balbinot, 189
Agostini, São Miguel do Oeste/SC**

 **@ameoscoficial**  **www.ameosc.org.br**